



C A P Í T U L O 1

DEMOCRACIA E A QUESTÃO DA CURRUPÇÃO: SERÁ A DEMOCRACIA UMA ARMA EFICIENTE DE COMBATE À CORRUPÇÃO?

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.349112612011>

Robert Rios Magalhães

Mestre em Direito Constitucional do INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO – IDP E A ESCOLA DE DIREITO DO ICEV. Bacharel em Direito Pela Universidade Federal do Piauí- UFPI

Reia Silvia Rios Magalhães

Mestre em Serviço Social pela PUC/SP. Doutora m Ciências da Comunicação/UNISINOS. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí- UFPI. Professora Associada da UFPI

RESUMO: Este artigo investiga a hipótese de que a democracia pode ser uma ferramenta eficaz no combate à corrupção, abordando a questão sob uma perspectiva epistemológica e interpretativa. A análise inicia-se com uma reflexão sobre a gênese da corrupção, explorando suas raízes históricas e culturais em diferentes sociedades. Em seguida, o foco se desloca para o contexto brasileiro, examinando a origem e evolução da corrupção no país, com destaque para os fatores estruturais e políticos que a perpetuam. Por fim, discute-se a modernização dos mecanismos corruptos e o papel da democracia como instrumento de enfrentamento, considerando sua capacidade de promover transparência, participação cidadã e controle institucional. A partir de uma revisão bibliográfica criteriosa, o estudo busca construir inferências interpretativas que contribuam para o debate sobre os limites e potencialidades da democracia na luta contra a corrupção.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia. Corrupção. Governança.

DEMOCRACY AND THE ISSUE OF CORRUPTION: IS DEMOCRACY AN EFFECTIVE WEAPON IN THE FIGHT AGAINST CORRUPTION?

ABSTRACT: This article investigates the hypothesis that democracy can be an effective tool in combating corruption, approaching the issue from an epistemological and interpretative perspective. The analysis begins with a reflection on the genesis of

corruption, exploring its historical and cultural roots across different societies. It then shifts focus to the Brazilian context, examining the origin and evolution of corruption in the country, with emphasis on the structural and political factors that sustain it. Finally, the article discusses the modernization of corrupt mechanisms and the role of democracy as a means of confrontation, considering its potential to foster transparency, civic participation, and institutional oversight. Based on a thorough bibliographic review, the study aims to develop interpretative inferences that contribute to the debate on the limits and possibilities of democracy in the fight against corruption.

KEYWORDS: Democracy. Corruption. Governance.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A relação entre democracia e corrupção tem sido objeto de intensos debates acadêmicos e políticos, especialmente em contextos marcados por crises institucionais e desconfiança pública. Este artigo parte da seguinte questão central: será a democracia uma arma eficiente de combate à corrupção? A partir dessa indagação, de natureza epistemológica e inferencial, propomos uma reflexão fundamentada sobre os elementos que sustentam ou fragilizam essa hipótese.

Partimos nossas reflexões a partir da seguinte questão central: será a Democracia uma arma eficiente de combate à corrupção? Derivada dessa questão que tem um corte mais inferencial epistemológico - argumentando em torno da sua validade científica- levantamos um conjunto de itens a partir dos quais buscamos desenvolver o texto que se organiza em três momentos analíticos: inicialmente, abordamos a gênese da corrupção, buscando compreender suas raízes históricas e culturais em escala global; em seguida, examinamos aspectos específicos da origem da corrupção no Brasil, considerando o contexto histórico e político nacional; por fim, discutimos a modernização dos mecanismos corruptos e o papel da democracia como instrumento de enfrentamento.

A abordagem adotada visa construir inferências interpretativas a partir de uma revisão bibliográfica criteriosa, contribuindo para o aprofundamento do debate sobre os limites e potencialidades da democracia no combate à corrupção.

ORIGEM DA CORRUPÇÃO NO MUNDO

A corrupção é um fenômeno social que existe há muito tempo, faz parte da história mundial, e, assim sendo, acompanha a evolução da humanidade desde os primeiros agrupamentos sociais. (Cordeiro, 2020). Nessa perspectiva, para encontrar a origem da corrupção no mundo, temos que fazer um esforço para pensar no mais

remoto dos tempos, quando os grandes macacos mal haviam descido das árvores e se colocado em pé sobre duas patas. Não tinham qualquer manejo da agricultura e viviam como coletores e guardadores dos alimentos colocados à sua disposição pela Natureza.

Tinham que armazenar alimentos para estação invernal, o que dificultava sobremaneira a sua oferta. As espécies mais fortes, porém, nunca coletavam e armazenavam alimentos para o consumo no período do frio, preferiam o uso da violência para pilhar a comida guardada pelos mais fracos, que, sem força para defender seus armazéns, terminavam por sucumbir à violência dos opressores mais fortes ou morriam de fome pelo rigor do inverno.

É possível imaginar que, em determinados momentos, espécies mais fracas, sabendo que seu alimento guardado para o inverno seria roubado pelos mais fortes, começaram a se comunicar entre si, dialogando sobre seus temores e como fazer para proteger seus víveres e garantir suas sobrevivências no inverno.

Daí veio a grande ideia de juntar todas as espécies fracas e armazenarem os alimentos coletivamente e todos juntos seriam responsáveis por sua segurança. Como num passe de mágica, estava criado o Estado. Foi a partir da ideia de oferecer segurança e proteção aos bens acumulados pelos indivíduos, que se organizou o modelo estatal.

O Estado como instituição surge para proteger as pessoas e seus patrimônios, sendo, no decorrer dos tempos, ampliado, para satisfazer novas necessidades que foram surgindo.

Criado o Estado, ele passou a ser dirigido pelos mesmos indivíduos presentes na sua origem, ou seja, os fracos, os medrosos, os fortes e os gananciosos.

Aos poucos, os fortes foram se impondo e os fracos cedendo espaço, o Estado, então foi se transformando numa grande máquina dominada pela corrupção, pelo clientelismo e pelo nepotismo, tal como se apresenta na atualidade.

Nesse sentido, é que a corrupção agride diretamente a ordem e estrutura social onde se materializa, corroendo a eficiência na prestação dos serviços estatais e fazendo com que a sociedade perca a confiança nos agentes públicos (Vieira, 2014).

Entretanto, é preciso reconhecer que, a corrupção chegou ao mundo antes mesmo da criação do Estado, que foi criado justamente para ser um mecanismo de combate à corrupção, proporcionando segurança dos indivíduos.

Contudo, o mesmo Homem que criou, de forma engenhosa, o Estado, o contaminou com a corrupção que se alastrou pelos milênios, sem conhecer fronteiras, estando presente, em maior ou menor grau, em todos os tempos e em todas as sociedades e em todas as formas de governo.

Eis, portanto, a razão de que estudo da corrupção precisa partir da análise das normas regulatórias da moralidade política e das práticas sociais (Filgueiras, 2008).

Afinal, devemos levar em conta que a corrupção se trata de um problema complexo com causas variadas e igualmente complexas (NUNES, 2008). Faz parte da história de todos os países, desde quando o termo surgiu na Grécia antiga, ligado à ideia de putrefação do corpo político, até hoje, referente ao uso de cargos públicos para ganhos privados. “O que muda, em cada caso, é a maturidade com que cada povo lida com o problema” (Cavalcante, 2020).

ORIGEM DA CORRUPÇÃO NO BRASIL

No apagar das luzes do século XV para o século XVI, os dois países ibéricos, Espanha e Portugal, se apresentavam como as maiores potências marítimas do planeta e se aventuravam no ainda desconhecido Oceano Atlântico.

As principais cidades desses dois países eram portos marítimos frequentados por aventureiros e marinheiros de toda a Europa ansiosos por aventuras além-mar que lhes trouxessem riquezas e benefícios. O navegador italiano, a serviço da Espanha, Cristovam Colombo havia descoberto novas terras, que chamava de novo mundo.

Essa notícia levou os reis de Portugal João II e rei de Castela, Fernando II a subornarem, a peso de muito ouro, o Papa Alexandre VI, para que o Sumo Pontífice dividisse, entre Portugal e Espanha, não só mundo já descoberto, mas também o que ainda estava por ser descoberto.

O tratado assinado na cidade castelhana de Tordesilhas impulsionou e acelerou a corrida marítima em busca de terras a serem exploradas. Espanha e Portugal contrataram os melhores marinheiros, homens embrutecidos e sem qualquer escrúpulo, dispostos a roubar e matar pela ganância de possuir as riquezas do novo mundo. Nos meses que antecederam a viagem de Cabral rumo ao futuro Brasil, o movimento era intenso, em Lisboa, e mais intensa era a corrupção, para contratar mil e quinhentos homens para compor a esquadra e comprar alimentos para abastecer as treze embarcações.

Todos buscavam levar vantagem. Narram os cronistas da época que a roubalheira era generalizada. Levavam vantagem os comandantes, os marinheiros, os soldados e os padres. Era esse o povo que chegaria ao Brasil, verdadeiros corsários treinados na arte de pilhar, roubar e matar todos os que se colocassem no seu caminho.

Assim nasceu o Brasil, que em seguida passaria por um longo período de exploração e colonização. De toda cultura lusitana trazida para nosso solo, o que mais floresceu e melhor se adaptou, no país, foi exatamente a corrupção. Essa se estendeu pela exploração dos indígenas, que extraíam o pau-brasil, recebendo como pagamento espelhos, apitos e outras quinquilharias ofertadas pelo esperto homem branco português.

No Brasil colônia, nossos colonizadores plantaram as sementes de um sistema tão perverso que até hoje não conseguimos arrancar a erva daninha da corrupção que aqui encontrou solo fértil, cumprindo a profecia de Caminha sobre a feracidade da terra: “em se plantando tudo dá”.

Em cada ciclo de nossas riquezas, o sistema estava presente, passando do pau-brasil para os canaviais, dos canaviais para o ouro e diamante das minas gerais. Cada governante que se apresentava a serviço do rei era mais corrupto que o antecessor. Ao deixar Portugal, todos repetiam a mesma frase: “vou fazer o Brasil!”. Traduzindo para o bom idioma português significa dizer que iria enriquecer rapidamente e voltar, para usufruir da pilhagem em Portugal.

O Rei era convenientemente roubado por seus prepostos enviados ao Brasil. Governadores de capitâncias, principalmente, da região das minas gerais, saíram ricos do Brasil. Testamentos de algum desses governadores arquivados na Torre do Tombo, em Lisboa, mostram com clareza a imensa corrupção e a leniência dos responsáveis por fiscalizar as contas dos governadores, que dividia com eles parte dos bens desviados.

A única forma de controle da corrupção no Brasil colônia consistia nos livros-caixa, contabilizados pelos governantes, com as receitas e as despesas que eram, no final do mandato, auditados pelo ouvidor local, que, na maioria dos casos, se corrompia, falsificando os livros-caixa e alterando os resultados. Ocorria, no Brasil colônia, algo semelhante ao que assistimos recentemente no estado do Rio de Janeiro, no governo de Sérgio Cabral e nossos tribunais de contas.

Várias são as razões para a expansão da corrupção no Brasil colônia e na sua definitiva incorporação ao pensamento nacional até os dias de hoje: primeiro à distância e falta de comunicação entre as províncias e o poder central em Lisboa, deixando que os governadores tivessem absoluto domínio sobre as capitâncias; segundo, a qualidade intelectual da sociedade da época formada por índios, negros e brancos quase sempre analfabetos e sem cidadania para cobrar e reivindicar seus direitos; terceiro, naquela época os governantes já eram indicados por “protetores” ligados ao Rei que cobravam pedágio pela indicação ao cargo e pela manutenção, a exemplo do que viria acontecer com a Petrobrás no Brasil republicano, cinco séculos depois.

Era tão escancarada a corrupção no Brasil colônia que as embarcações evitavam abastecer em nossos portos, para evitar pagar propina aos governadores. Navios negreiros tinham que entregar aos governantes suas melhores “peças”, em troca de autorização para comprar suprimentos em suas cidades. Em suas conversas nos portos da Europa, marinheiros diziam que preferiam enfrentar piratas holandeses que governadores do Brasil.

Para o entendimento da corrupção sistêmica do Brasil, é preciso observar e analisar suas raízes, desde a formação de nossa sociedade, sua origem e todos os fatos ocorridos no período colonial brasileiro. É preciso entender que nosso país foi colonizado a partir de um regime absolutista, em que o Rei e sua Corte podiam tudo e à população só cabia aceitar e silenciar. A desobediência ao Rei era punida com degredo ou pena de morte, dependendo da “infâmia” praticada. Aos amigos do Rei, tudo era concedido: os melhores cargos, salários, nepotismo e pilhagem de dinheiro da coroa.

O Brasil era visto em Portugal como o país das oportunidades, uma colônia que poderia ser explorada à exaustão, com pouquíssimas regras de controle. Muitos vieram para o Brasil e aqui faziam fortunas, de forma desonesta, na maioria das vezes, retornando milionários ao seu país de origem.

Se no Brasil colônia a corrupção foi implantada de forma absoluta, sem qualquer freio ou mecanismo de controle, isso se deu justamente por não existir qualquer indício de democracia e de participação da sociedade da época na vida pública. Era um período de reinado absolutista que suprimia qualquer anseio por cidadania e transformava o povo em apenas súditos obedientes à vontade do Rei.

O modelo de colonização exploradora que os portugueses aplicaram na sua colônia americana deixou uma marca indelével na formação do povo brasileiro, que atravessou cinco séculos carregando os prejuízos do atraso social, econômico, cultural e político impostos à nossa pátria.

A MODERNIZAÇÃO DA CORRUPÇÃO NO BRASIL E A DEMOCRACIA COMO ARMA EFICIENTE DE COMBATE

Se no Brasil colônia a corrupção era praticada por governantes e autoridades do Rei mediante o escambo de índio, negros ou ouro e diamante, sem opinião pública, imprensa ou órgão de controle, no Brasil republicano, a situação era outra. As organizações criminosas precisaram se sofisticar através da modernização de suas práticas corruptas e estreitar seus laços com os governantes, no intuito de escapar dos órgãos de controle que poderiam flagrar seus atos de corrupção e enriquecimento ilícito. Assim, os atos de corrupção passaram a ser transnacionais, instalados em paraísos fiscais, no exterior, em contas bancárias utilizadas para lavar e guardar o volumoso dinheiro adquirido com a sabotagem do Estado.

Desde a queda do imperador Pedro II, no final do século XIX e a proclamação da república pelo marechal Deodoro da Fonseca, os barões do Império começaram a formar oligarquias nas províncias visando à manutenção do *status quo*. O processo eleitoral republicano exigia muito dinheiro para o financiamento das campanhas e esses recursos precisavam ser gerados no escambo da corrupção com obras públicas.

Por um lado, a sociedade democraticamente organizada exigia do congresso, e até mesmo via iniciativa popular, leis que fossem capazes de controlar a sangria do Estado, estancando uma hemorragia histórica nos cofres públicos. Por outro lado, porém, empresas configuradas em verdadeiras organizações criminosas se sofisticavam, criando departamento de propina e contas em paraísos fiscais no exterior.

O binômio empresas e governantes cedeu lugar a um trinômio povo, empresas e governantes. Milhares de pessoas saíram às ruas, em quase todos os estados do Brasil, para exigir o fim da corrupção. Era o povo tomando as rédeas do seu destino, era a mídia social tomando lugar da velha imprensa também contaminada, em grande parte, pela corrupção.

O povo já não aceitava mais viver sob o manto de obras superfaturadas, licitações fraudadas, de empresários corruptores e agentes públicos corruptos, praticando toda sorte de peculato e fazendo a lavagem de dinheiro através de práticas tecnológicas e contábeis altamente sofisticadas, que jamais poderiam ser repelidas com a nossa frágil legislação penal. Era preciso dotar o país de mecanismos poderosos que pudessem fazer frente à epidemia gerada pela corrupção que já estava presente em todos os setores da vida nacional.

Depois do período da Ditadura Militar (1964 a 1985) de caráter autoritário e nacionalista e da consequente crise econômica, social e política que assolava o Brasil era preciso, após de anos e anos de luta, vislumbrar o restabelecimento de um regime democrático com a implementação de uma nova constituição (vigente até hoje), a qual contemplava liberdade de direitos e igualdade social.

Assim, desde a constituição cidadã de 1988, que trouxe luz ao mofo da ditadura, ampliando o poder do Ministério Público, libertando a imprensa da censura e obrigando que todos os cargos públicos fossem preenchidos por concurso, começou a se reestabelecer a democracia que poderia, com seus instrumentos e a força popular, iniciar uma luta contra os cartéis que há muito vinham criando organizações criminosas para sabotar o país.

O Brasil não poderia continuar servindo de deboche ao resto do mundo, no que diz respeito ao enfrentamento da corrupção. "Sua natureza é altamente tóxica e destrutiva, pois fere as bases do Estado Democrático de Direito, minando sua efetividade" (Cordeiro, 2020).

Em 180 países pesquisados pela transparência internacional, o Brasil ocupou a 96º posição, no índice de percepção de corrupção (IDP, 2020). Isso há apenas dois anos, o que mostra o pouco caso de nosso país quanto ao enfrentamento do mal sempre crescente que vem destruindo nossa sociedade e encarcerando nosso país no terceiro mundo, impedindo nosso crescimento, apesar da grande quantidade de recursos naturais que o Brasil possui.

Apesar de o congresso nacional estar em grande parte contaminado pela corrupção, com muitos dos seus grandes líderes presos ou processados, o movimento de rua, com a sociedade indignada, pedindo mudança, na legislação, ocupou espaços públicos, fazendo as maiores manifestações da história da democracia brasileira, até ser ouvido pelo congresso. Somente a partir do momento em que houver esse tipo de união da população aliada aos mecanismos de controle democrático, poderemos acreditar que mudanças acontecerão gradativamente no sistema em que está instalada (Silva; Kaercher, 2020).

Modificações na legislação foram feitas de forma a criar normas que pudessem colocar na cadeia os poderosos de colarinho branco que, em grande parte, ocupavam cargos importantes no topo do poder republicano.

Leis importantes foram criadas, outras modificadas e, aos poucos, foi se tecendo uma teia capaz de prender e manter presos grande parte da elite política do país. As penas pelo crime de lavagem de dinheiro ficaram mais duras e foi melhor definida através da lei de organização criminosa.

O instituto de delação premiada ajudou a colocar centenas de corruptos na prisão e virou o pavor dos agentes criminosos. Por iniciativa popular, foi criada a lei da ficha limpa, tirando da vida pública os condenados por órgãos colegiados, impedindo que concorram a cargos públicos eletivos.

Os crimes de enriquecimento ilícito e a lavagem de dinheiro já não eram cometidos tão facilmente, a partir do compartilhamento de informações entre o Banco Central, Ministério Público e Polícia, o que passou a ocorrer toda vez que uma conta bancária executava uma atividade atípica.

A força da democracia levou o Brasil às ruas e a sociedade exigiu o fim da corrupção. Centenas de investigações e ações penais foram executadas, milionários e poderosos foram condenados e presos, o mundo viu o Brasil combatendo efetivamente a corrupção de uma forma nunca tão ousada.

Tudo isso, considerando que não é necessário destruir as empresas para punir os empresários corruptos e tampouco destruir a política para prender os políticos corruptos (Wardem Júnior, 2019).

Era um país se levantando, depois de séculos de corrupção, pelas mãos de seu próprio povo, estimulado por algumas décadas de democracia, em favor da justiça social, da dignidade e do desenvolvimento econômico e humano do País.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo o exposto, há que se inferir que a corrupção, como questão inerente do Estado, está diretamente relacionada ao tipo de democracia que é efetuada dentro do mesmo e da forma de controle exercido efetivamente nas suas diversas instituições públicas e sociais. É ai, que a democracia pode ser considerada uma arma cabal de combate a corrupção.

Quando a corrupção deixa os quintais e chega até os salões dos palácios, ela se generaliza de tal maneira que todos os poderes do Estado se encontram nela envolvidos. Nesse caso, só uma revolução como a francesa pode vencer o Estado corrupto. No entanto, ainda é possível a sociedade se reinventar, se ela estiver abrigada sob o manto sagrado da democracia. Foi isso que o que aconteceu e continua acontecendo no Brasil.

A Constituição Federal e as novas leis penais foram bem aproveitadas, por jovens delegados federais, membros do Ministério Pùblico e juízes que repetindo o mesmo exemplo do Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ação penal 470, conhecida popularmente como "Mensalão", que condenou importantes figuras da República, como deputados e ex-ministros, tirando o Brasil do estado de impunidade. Mais de 100 ações penais de corrupção foram propostas apenas no caso denominado "Lava-jato", quase meio milhão de pessoas, inclusive importantes autoridades, foram denunciadas, uma centena e meia já condenadas por corrupção, causando um profundo impacto na mídia de todo planeta.

No Brasil no bojo da operação lava-jato tivemos dois ex-presidentes presos, vários ministros importantes, ex-presidente da câmara federal e inúmeros deputados e senadores ainda estão sendo investigados ou já foram denunciados.

No Rio de Janeiro, quatro ex-governadores e diversos deputados estaduais foram presos por envolvimento com a corrupção. Sobre o ex-governador Sérgio Cabral já pesam mais de 300 anos de condenação.

Além das investigações, denúncias e penas impostas aos corruptos e corruptores, bilhões de reais foram recuperados e devolvidos aos cofres públicos, através de acordo de delação premiada ou confisco efetuado no Brasil e no exterior.

A Petrobras, principal vítima da corrupção, teve vários diretores presos, dinheiro confiscado e, em tempo recorde, se recuperou e passou a atuar no mercado como uma das maiores empresas do Brasil.

A partir das investigações da operação "Lava-jato", no Brasil, foi identificado o envolvimento de diversos chefes de países estrangeiros. Houve prisões, denúncias e um ex-presidente do Peru, diante da prisão iminente, preferiu cometer suicídio.

A relação entre corrupção e democracia é óbvia e estreita, em países pesquisados pela transparência internacional, restou claro que, quanto mais democracia tem um país, menos corrupção se observa nele. Nas democracias, as instituições de controle têm ampla liberdade de auditar e investigar as contas públicas. A imprensa pode denunciar livremente, a polícia pode proceder a investigações, o Ministério Público formula a denúncia e poder judiciário finaliza com o julgamento.

Democracia não tem dono, funciona para todos os lados. Os corruptos têm obtido junto ao Congresso Nacional brasileiro a aprovação de leis que dificultam as investigações de combate à corrupção e tiram as autoridades investigantes da zona de conforto.

É esse o caso da nova lei de abuso de autoridade, criada para ameaçar as autoridades envolvidas na operação “Lava-jato”. O próprio Supremo Tribunal Federal voltou atrás com relação a um entendimento anterior de que réu condenado em segunda instância passaria a cumprir pena. Isso aconteceu depois da prisão do ex-presidente Lula, quando a Suprema Corte decidiu que, somente após o trânsito em julgado definitivo da sentença, o réu poderá ser preso.

A luta da democracia contra a corrupção, às vezes, parece que se prolongará pela eternidade, entretanto, algumas vitórias, no Brasil, foram animadoras, principalmente se levarmos em conta o nosso passado de leniência no combate à corrupção.

O importante é que hoje a sociedade está sensibilizada, organizada e não aceita mais desvio de conduta de gestores públicos. No momento, a democracia no Brasil está vencendo a corrupção e submetendo, à investigação, ex-presidentes, ministros, ex-governadores, deputados, senadores, membros dos tribunais de contas da União e dos estados e até mesmo figuras importantes do próprio poder judiciário e isso não é outra coisa, é a democracia.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil* de 1988. Publicada no Diário Oficial da União de 05 out. 1988.

CAVALCANTE, Rodrigo. As raízes da corrupção (e como combatê-la). Disponível em: <https://super.abril.com.br/comportamento/as-raizes-da-corrupcao-e-como-combate-la/> Acesso em: 10 Out. 2020.

CORDEIRO, Carla Priscilla Barbosa Santos. A corrupção sob um prisma histórico-sociológico: análise de suas principais causas e efeitos. In: *Revista Eletrônica Direito e Conhecimento*, n. 2, v. 1, 2017, Jul./Dez./2017, Arapiraca/AL CESMAC- Faculdade do Agreste. Disponível em:<file:///C:/Users/Positivo/Downloads/670-Texto%20do%20artigo-2287-1-10-20170730.pdf> Acesso em: 20 Out. 2025.

FILGUEIRAS, Fernando. *Corrupção, democracia e legitimidade*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

IPC-2020- Índice de Percepção da Corrupção. Disponível em: < <https://ipc.transparenciainternational.org.br/?ok=email>> Acesso em: 12 Out, 2025.

NETTO, Vladimir. *Lava Jato: o juiz Sergio Moro e os bastidores da operação que abalou o Brasil*. Rio de Janeiro: 2016.

NUNES, Antônio Carlos Ozório. *Corrupção: o combate através da prevenção*. In PIRES, Luís Manoel Fonseca et al. *Corrupção, ética e moralidade administrativa*. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

SILVA, Carla Luana da; KAERCHER, Jonathan Augustus Kellermann. *A importância da democracia no controle da corrupção: breves apontamentos sob a perspectiva de democracia* do autor Robert Dahl. Disponível em:< file:///C:/Users/Positivo/Downloads/16047-13795-1-PB%20(1).pdf > Acesso em: 8 Out, 2025.

WARDE JÚNIOR, Walfrido Jorge. *O espetáculo da corrupção* como um sistema corrupto e o modo de combatê-lo estão destruindo o país. São Paulo: LeYa, 2019.

VIEIRA, Judivan J. *Perspectiva Histórica da Corrupção*: Livro I. Brasília: Thesauros, 2014.